

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PRODUTORES (PNAE E PAA) EM CASTANHEIRA – MT, SUDOESTE DA AMAZÔNIA LEGAL

SOCIOECONOMIC PROFILE OF PRODUCERS (PNAE AND PAA) IN CASTANHEIRA - MT, SOUTHWEST OF THE LEGAL AMAZON

Raquel Serrano Baldisera

Mestre em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos, Universidade do Estado de Mato Grosso
raquelbaldisera@hotmail.com

Rivanildo Dallacort

Doutor em Agronomia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra - MT, Brasil
rivanildo@unemat.br

Santino Seabra Júnior

Doutor em Agronomia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Mutum - MT, Brasil
santinoseabra@hotmail.com

Marco Antônio Camillo de Carvalho

Doutor em Agronomia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Alta Floresta - MT, Brasil
marcocarvalho@unemat.br

Oscar Mitsuo Yamashita

Doutor em Agricultura Tropical, Universidade do Estado de Mato Grosso, Alta Floresta - MT, Brasil
yama@unemat.br

Resumo

A agricultura familiar é caracterizada pela mão de obra familiar e suas propriedades não ultrapassam quatro módulos fiscais. Sua ascensão associa-se aos Programas de Políticas Públicas de fortalecimento, reforma agrária e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que possibilitou linhas de crédito rural, consolidando ainda mais esse setor. Objetivou-se neste estudo caracterizar o perfil socioeconômico, analisar e compreender a participação dos agricultores familiares que acessaram os Programas de Políticas Públicas PNAE e PAA, nos anos de 2015 e 2016 no Município de Castanheira-MT, localizado a sudoeste da Amazônia Legal. Realizou-se coleta de dados, com a participação de 25 agricultores através de formulários semiestruturados, foi aplicada estatística descritiva e correlação de Spearman para análise e discussão. Constatou-se que a maioria das propriedades estão situadas em assentamentos de reforma agrária, com área acima de 20 hectares onde desenvolvem atividades agropecuárias. Concluiu-se que participação no PNAE e PAA culminou no acréscimo da área destinada às culturas agrícolas, aprimorou técnicas de produção, ampliando a diversidade de produtos cultivados, porém tais programas não atingem totalmente suas propostas limitando o desenvolvimento da agricultura familiar e o sucesso de seus sistemas de produção.

Palavras-chave: Políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Desenvolvimento rural local. Sistemas de produção agrícola. Diversidade na agricultura. Castanheira-MT.

Abstract

Family farming is characterized by family labor and its properties do not exceed four fiscal modules. Its rise is associated with the Public Policies Programs of strengthening, agrarian reform and the creation of the Ministry of Agrarian Development, which made possible rural credit lines, further consolidating this sector. The objective of this study was to characterize the socioeconomic profile, analyze and understand the participation of family farmers who accessed the PNAE and PAA Public Policies Programs, in the years 2015 and 2016 in the Municipality of Castanheira-MT, located southwest of the Legal Amazon. Data collection, with the participation of 25 farmers through semi-structured forms, was applied descriptive statistics and Spearman correlation for analysis and discussion. It was verified that the majority of the properties are located in settlements of agrarian reform, with area more than 20 hectares where they develop agricultural activities. It was concluded that participation in the PNAE and PAA culminated in the increase in the area destined to the agricultural crops, improved production techniques, increasing the diversity of cultivated products, but these programs did not fully reach their proposals limiting the development of family farming and the success of their production systems.

Keywords: Policies to strengthen family agriculture. Local rural development. Agricultural production systems. Diversity in agriculture. Castanheira-MT.

Introdução

A agricultura familiar é caracterizada por um grupo social, em que os membros da família trabalham em atividades agrícolas nas pequenas unidades rurais, podendo ser possuidor ou proprietário. A produção agrícola gerada é destinada ao autoconsumo e o excedente para a comercialização, este setor vem ganhando cada vez mais representatividade por sua diversidade econômica e heterogeneidade social (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

No Brasil 4.367.902 propriedades rurais pertencem à agricultura familiar, sendo sua área total de 80.250.453 hectares. A região Centro-Oeste de acordo com pesquisas tem 217.531 estabelecimentos da agricultura familiar, com área que corresponde a 9.414.915 hectares. Já o estado de Mato Grosso, contém 86.167 estabelecimentos da agricultura familiar, com área de 4.884.212 hectares (IBGE, 2006).

Conforme divulgado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, no Brasil há aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais. Este setor é responsável

por 38% do valor bruto da produção agropecuária e gera sete de cada dez empregos no campo. Por ser altamente produtiva, a agricultura familiar contribui com mais de 50% dos alimentos presentes na cesta básica dos brasileiros (MDA, 2017).

Há vários aspectos positivos atribuídos à agricultura familiar, que vão muito além dos termos produtivos, tais como preservação da diversidade biológica e genética, representação social e cultural das comunidades rurais, fortalecimento da economia local, comercialização da produção com o mercado exterior, segurança alimentar e nutricional proporcionando a população alimentos diversificados (MATTEI, 2014).

Programas de Políticas Públicas promoveram a valorização da agricultura familiar no Brasil, fato que se tornou visível com a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse programa teve início a partir de lutas dos movimentos sindicais, sua proposta é garantir crédito rural e desenvolvimento agrário aos agricultores familiares tornando possível e satisfatório a permanência no campo. Tais conquistas culminaram também na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano 2000, consolidando ainda mais este setor (ROCHA; DOS ANJOS, 2016).

Criado em 2003, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, o Programa da Aquisição de Alimentos (PAA), compreende um conjunto de cinco ações: Compra Direta, Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoques Estratégicos de Alimentos do País, Produção e Consumo de Leite e Compra Institucional (MDA, 2013). A modalidade “Compra com Doação Simultânea” é a ação observada e discutida nesta pesquisa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como meta garantir alimentação escolar a todos os estudantes da rede pública de ensino. Os recursos financeiros são destinados aos Estados e Municípios através do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE). A Lei nº 11.947/2009 estabelece que no mínimo 30% do recurso deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar priorizando a compra de produtos na esfera municipal, contribuindo assim com o desenvolvimento local (BRASIL, 2009).

Visando o planejamento econômico da região, foi instituída a Amazônia Legal pela Lei nº 1.806, em 6 de janeiro de 1953, criada como área de atuação da

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Figura 1A). Atualmente, a área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à área total dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, com uma extensão total de aproximadamente 5.020.000 km² (IBGE, 2017).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal Amazônia, foi criado com o objetivo de regularizar terras da União ocupadas na Amazônia Legal, anteriores a 1º de dezembro de 2004 (MDA, 2009). O Município de Castanheira – MT, localizado a sudoeste na Amazônia Legal (Figura 1B), reflete as políticas fundiárias do país, sendo a maior parte das áreas rurais destinadas à produção agrícola, estão situadas nos assentamentos de reforma agrária.

Em virtude da importância da agricultura familiar no município de Castanheira – MT, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico e verificar a participação dos agricultores familiares nos Programas de Políticas Públicas PNAE e PAA, identificando potencialidade e restrições gerando subsídios que contribuam na discussão dessas políticas no âmbito municipal.

Dessa forma apresentamos os resultados dessa pesquisa baseado em entrevistas semiestruturadas, visitas *in loco* e referências bibliográficas com enfoque na caracterização das propriedades rurais e das famílias, bem como na compreensão das relações que estabelecem com os programas de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Sendo esse artigo parte de um trabalho de abrangência maior intitulado “Sazonalidade na produção da agricultura familiar do município de Castanheira-MT em função das condições climática”.

Contextualização da área de estudo

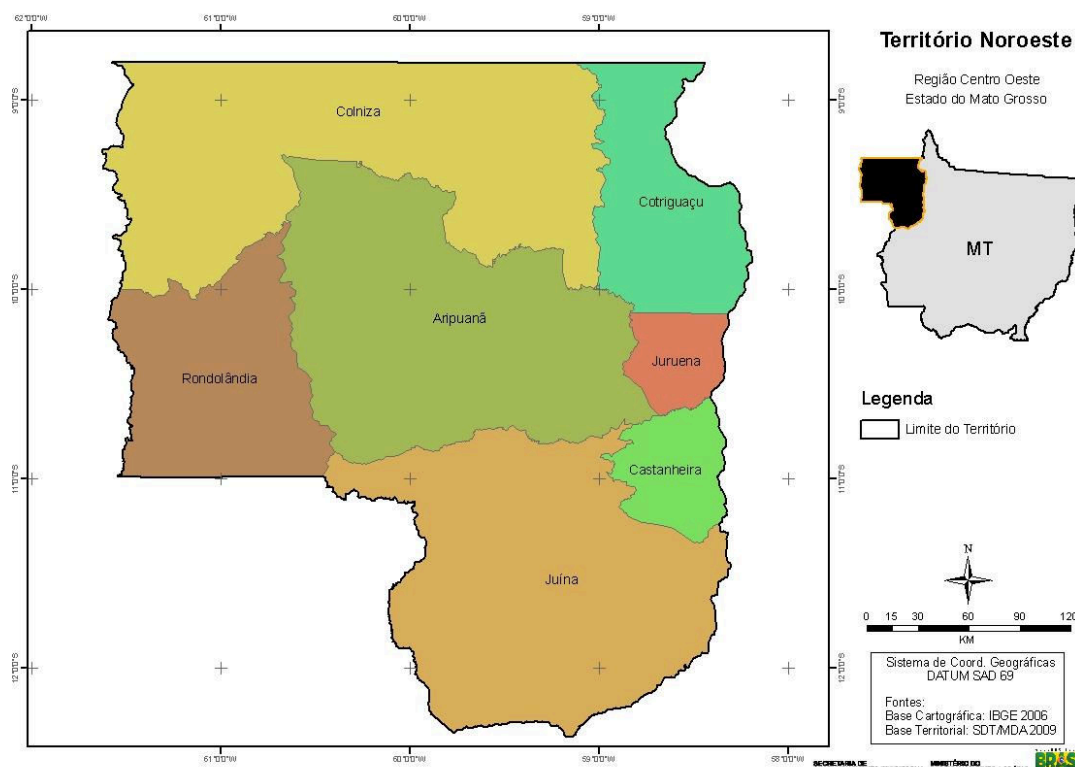
O estudo foi conduzido com produtores rurais do Município de Castanheira-MT (Figura 1), o qual possui a área de 3.909,537 km² e população de aproximadamente 8.231 habitantes, localizada na extremidade sul da Amazônia, nas coordenadas geográfica de 11°07'57" latitude_sul e 58°36'09" longitude oeste, com altitude de 400 metros acima do nível do mar, no bioma amazônico. O município possui produto interno bruto (PIB) correspondente ao setor agropecuário de R\$ 32.430,00, (IBGE, 2014).

O município de Castanheira situado a noroeste do Estado de Mato Grosso, teve sua origem no programa de ocupação das áreas da Amazônia, que detinha pouca densidade populacional na época de sua colonização, sendo o local que se encontra o município hoje, uma bifurcação com o propósito de ligar o município de Aripuanã, ao projeto de colonização do município de Juína, situado na bacia do rio Juruena, rio que converge no tapajós, um dos principais afluentes do rio Amazonas.

Os primeiros colonizadores dessa região, se dedicaram principalmente ao cultivo do café, milho, arroz e feijão. A emancipação política de Castanheira – MT ocorreu em 04 de julho de 1988, sendo que sua economia se baseia na pecuária de corte e leiteira, extração vegetal e mineral, agricultura familiar, além do setor de comércio e serviços.

Contêm 1.150 estabelecimentos agropecuários, distribuídos em uma área total de 318.553 hectares, clima tropical com duas estações climáticas bem definidas, período de chuvas - outubro a abril, período de seca - maio a setembro. O solo que prevalece na região é classificado como Latossolo Vermelho - Amarelo distrófico típico (IBGE, 2007).

Figura 1: Localização do Município de Castanheira-MT



Fonte: IBGE, 2016.

Procedimentos metodológicos

O perfil socioeconômico dos produtores rurais que acessaram Programas de Políticas Públicas no Município de Castanheira-MT, nos anos de 2015 e 2016, foi investigado mediante aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética com número CAAE 62420016.4.0000.5166 (Parecer CEP/UNEMAT nº: 1.899.470 de 26 de janeiro de 2017).

A pesquisa consistiu em estudo de caso com a finalidade de compreender e contextualizar a realidade local, utilizando método qualitativo e quantitativo. Para tanto, dispôs como ferramentas básicas, formulários e entrevistas semiestruturadas, retratando a história de vida e a observação participante, as quais privilegiaram a interação do pesquisador com os pequenos produtores.

Os critérios para a escolha dos produtores familiares foi ter participado como fornecedores dos programas de Políticas Públicas (PNAE e PAA), nos anos de 2015 e 2016. Após obter a relação dos produtores, fora solicitado à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Município e a Assessoria Pedagógica seus endereços. Totalizaram 31 agricultores dos quais 81% consentiram participar da pesquisa, mediante apresentação dos objetivos e relevância social, apresentando para tanto os documentos necessários para sua realização, o que resultou na assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Os motivos pelos quais acarretou na não participação de 19% dos agricultores foram mudança de município, óbito, impossibilidade de acesso as propriedades rurais devido à queda de pontes na estrada vicinal ocasionada pelas fortes chuvas na região e um agricultor não foi identificado pelos demais participantes e órgãos relacionados.

As visitas às propriedades rurais ocorreram no período compreendido entre os meses de fevereiro a abril no ano de 2017, o levantamento de dados foi obtido com o uso de formulários semiestruturados contendo 64 perguntas que abordam as características da propriedade, perfil socioeconômico das famílias, sistemas de produção, destacando limitações e potencialidades, e como se relacionam com as Políticas Públicas. Para a elaboração do formulário foi realizada uma revisão de literatura e adaptações dos seguintes autores: Queiroz et al. (2015), Rodrigues et al. (2015), Greczyszn e Favarão (2013), Polizel et al. (2012), Pisani et al. (2011) e Rech (2011).

Após a fase de definição das questões a serem aplicadas aos entrevistados, foram realizadas as visitas às propriedades rurais para obtenção das respostas, sendo estas visitas divididas em 4 etapas devido a distância entre as propriedades, a distância da própria sede do município e ainda a dificuldade de acesso as mesmas, já que as entrevistas coincidiram com o final da estação chuvosa e sem pavimentação asfáltica nas estradas vicinais.

Fora percorrido cerca de 350 km pelas estradas vicinais do município, sendo que a falta de localização exata das propriedades tornou ainda mais difícil a realização da pesquisa, já que para localizar as propriedades, cada entrevistado colaborava na localização do próximo participante, contando ainda com ajuda de comerciantes das comunidades que davam informações das pessoas.

A tabulação e o agrupamento dos dados observados nas entrevistas ocorreram com o uso Microsoft Office Excel® 2010. Posteriormente foi realizada estatística descritiva e análise exploratória através do *software* IBM SPSS Statistic Subscription e a correlação de Spearman para melhor interpretação dos resultados.

Caracterização dos agricultores

Participaram da pesquisa 25 agricultores dos quais 14 eram do sexo feminino e 11 do sexo masculino, com idades que variam dos 31 aos 60 anos, sendo a faixa etária predominante compreendida entre 41 a 50 anos.

O fato das mulheres se destacarem na agricultura familiar do município está relacionado à portaria nº 981/2003, promulgada pelo INCRA, que torna obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária nos casos de casamento ou união estável, sendo priorizada a titulação às mulheres cujos filhos estejam sob sua guarda conforme preceito normativo (INCRA, 2003).

Oriundos de vários Estados brasileiros, incentivados por programas de ocupação territorial que visavam à distribuição populacional de forma equilibrada por todo o território nacional, emigraram dos estados de Minas Gerais e Paraná, grande parte reside no município de Castanheira-MT há mais de 30 anos. A ocupação intensiva da região por pessoas ligadas ao campo, oriundas desses Estados foi motivada por ser uma das últimas áreas de fronteira agrícola do país. Fatores como assentamentos de reforma

agrária, qualidade do solo, experiência dos colonos contribuíram com a absorção populacional e aumento da produtividade agrícola (SILVA, 2015).

Quanto ao nível de escolaridade, 8% declararam analfabetos, 20% com o ensino fundamental séries-iniciais, 12% ensino fundamental séries-finais, 36% concluíram o ensino médio, 4% cursando o ensino superior e outros 20% possuem ensino superior completo. Segundo relato dos entrevistados, o aumento no investimento do grau de instrução vem sendo considerado importante no desenvolvimento das atividades agrícolas, sendo incentivados pelas escolas a concluírem os estudos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também a Educação do Campo.

Conforme observado na entrevista, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso tem formulado estratégias de ensino com a finalidade de atender a demanda específica do campo, com faixa etária defasada. Através da Resolução Normativa N° 002/2015, estabelece normas aplicáveis para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino.

Art. 40. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, em nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

[...]

Art. 48. Na modalidade de Educação do Campo, a oferta para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

- I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Diário Oficial, 24/09/2015, página 19).

Na busca de melhorias na qualidade de vida e nas condições de igualdade para a população rural, a educação do campo foi conquistada e inserida na base curricular comum com a luta de movimentos sociais populares. É um sistema de ensino totalmente voltado para o trabalho no campo e visa construir saberes, garantindo a identidade do camponês e fortalecer sua permanência no campo (RIBEIRO, 2015).

Os resultados desta pesquisa seguem na contramão aos apresentados no Censo Agropecuário 2006. Segundo dados divulgados, no Brasil, 63% de pessoas da

agricultura familiar, quase sete milhões, sabem ler e escrever, porém mais de quatro milhões de pessoas declararam não saber ler e escrever (IBGE, 2006).

O investimento em nível de conhecimento e formação, segundo os entrevistados, tem ocorrido na busca de alternativas para melhorar a realidade local, com técnicas de produção, desenvolvimento sustentável, entre outros. Esses são voltados à qualidade e produtividade, reforçam ainda a necessidade de esclarecimentos quanto aos direitos que os amparam e que somente pela educação serão esclarecidos.

Outro ponto observado está na oportunidade de serem contratados temporariamente nas escolas do campo, contudo esses profissionais optaram por cursos de licenciatura ofertados por instituições de ensino a distância (EAD) ou semipresencial na obtenção do certificado em nível superior, tornando possível serem inseridos como profissionais da educação da rede estadual e/ou municipal de ensino, diversificando as fontes de renda e angariando ainda mais recursos financeiros. Assim grande parte dos fornecedores da merenda escolar são também profissionais da educação.

Apesar da Educação do Campo viver em constante disputa com o predominante modelo agrícola brasileiro, o agronegócio, ela se encontra alicerçada na tríade campo-educação-política pública. Esse projeto educativo adota experiências formativas, lutas por direitos e acesso à educação pública para a população rural (CALDART, 2015). Atualmente o programa de apoio às licenciaturas em educação do campo – PROCAMPO, tem ofertado uma política de formação diferenciada para os educadores do campo, traz um plano curricular pautado em políticas públicas específicas e um projeto educativo próprio (MOLINA, 2015).

Com o intuito de construir uma proposta pedagógica voltada à realidade local e diversificar a oferta de cursos na escola do campo, o estado de Mato Grosso tem oportunizado a formação inicial para educadores que atuam no campo, tendo como parceiros a Universidade de Brasília (UnB). Devido à grande demanda no Estado as instituições UNEMAT, IFMT e UFMT passaram a ofertar cursos de licenciatura plena voltados a atender as especificidades do campo (SIQUEIRA; ROSSETTO; SOUZA, 2016).

As famílias residem na zona rural e têm na sua maioria, de 1 a 3 filhos, praticamente todos foram definidos como dependentes, porém 60% destes não contribuem nas atividades agrícolas. Devido às dificuldades que encontram na vida no

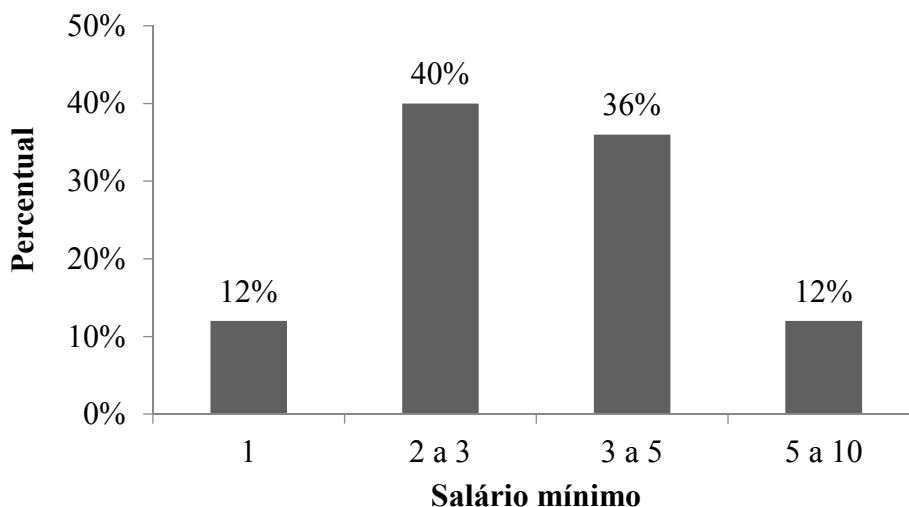
campo, os pais incentivam seus filhos a buscar novas oportunidades na zona urbana, muitos dos quais veem seus projetos frustrados devido o município ser pequeno, não apresentar ofertas de emprego para atender a demanda e sua localização ser muito longe de outros centros urbanos.

Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2016), 40 milhões de jovens de 15 a 29 anos residem na zona rural em 20 países da América Latina, sendo que 11,9 milhões se encontram ociosos, 9,6 milhões estão envolvidos nos trabalhos do campo e 8,2 milhões desenvolvem outras atividades.

O não envolvimento dos filhos gera preocupações quanto à continuidade das atividades agrícolas e a diminuição da população rural, diversos fatores levam o jovem a abandonar a vida no campo, como renda baixa, impedimento na aquisição de terra, perspectiva profissional, penosidade do trabalho, atrativos nas cidades, ausência de incentivo dos pais, entre outros (MATTE; MACHADO, 2016; SPANEVELLO et al. 2011).

Considerando a renda média mensal das famílias (Figura 2), a agricultura foi considerada a principal fonte de renda de 68% dos entrevistados. Agricultores com maiores rendas apresentam atividades agrícolas diversificadas e outras fontes de renda tais como aposentadoria ou pensão, e vínculos empregatícios dos quais 94% afirmaram ser servidores públicos.

Figura 2 - Renda mensal das famílias estimada em salário mínimo.



Fonte: Elaboração própria, 2017

Dados semelhantes foram verificados também por Bezerra; Schindwein (2017), Oler; Amorozo (2017), Nespoli et al. (2015) e Lima et al. (2013), os quais observaram que a principal fonte de renda dos agricultores familiares advém da agricultura, porém maiores rendas são obtidas por aqueles que apresentam fontes de renda alternativas como trabalhos externos, recursos da previdência social, aposentadorias e/ou pensão e atividades diversas em suas propriedades.

Caracterização das propriedades rurais e sistemas de cultivo

As 25 propriedades rurais visitadas foram, em sua totalidade, caracterizadas como próprias e 20 delas estão localizadas em assentamentos rurais (reforma agrária), 84% com área total acima de 20 hectares, 12% de 1 a 10 hectares e 4% de 10 a 20 hectares. Quanto à área destinada as culturas agrícolas, 68% destinam de 1 a 5 hectares, 28% de 5 a 10 e 4% acima de 10 hectares, sendo o restante da área destinado a pastagens. A situação exposta foi encontrada também nos trabalhos de Nespoli et al. (2015), Queiroz et al. (2015) e Cochev et al. (2014), sendo que estes demonstram que as áreas ocupadas pela agricultura familiar no estado de Mato Grosso, por eles estudadas, não atingem um módulo fiscal.

A região do estado de Mato Grosso onde o município de Castanheira se encontra, é considerada uma das principais produtoras de carne bovina e leite, por uma alternativa viável e garantida de renda ao homem do campo, além de uma prática cultural, fica evidenciado na pesquisa que a maioria das propriedades rurais participantes, destinam boa parte de sua área a criação do gado leiteiro e de corte.

O INCRA, por meio da *Lei 11.326 de 2006*, estabeleceu como pequena propriedade aquela com até quatro módulos fiscais. Por se tratar de região Amazônica, no Município de Castanheira – MT, segundo INCRA (Tabela Modulo Fiscal), um módulo fiscal corresponde a 100 hectares, sendo que a pequena propriedade é considerada, para o município, a que tem em sua totalidade 400 hectares (BRASIL, 2006).

Quanto à disponibilidade de água nas propriedades, 88% consideram em boa quantidade enquanto 12% afirmam ser regular. A água é proveniente de poço comum para 76% dos entrevistados, 20% utilizam a água das nascentes e 4% de poço semi

artesiano. A água é utilizada para o abastecimento das casas e também nas atividades agrícolas e pecuárias, quando ocorrem. Não houve relatos de escassez de água inviabilizando a produção.

A mão de obra predominante nas atividades agrícolas é familiar totalizando 92%, porém, como descrito anteriormente, na maioria das famílias nenhum filho participa das tarefas agrícolas, ficando os trabalhos na responsabilidade do casal. Apenas 8% dispõem de mão de obra contratada, sendo que esse cenário se justifica por diversas razões tais como: o alto custo na contratação de mão de obra, falta de pessoas interessadas no serviço, distância do centro urbano, dificuldade de acesso e qualidade nas atividades realizadas.

Fatores como êxodo rural, envelhecimento da população, capacidade de realização dos trabalhos agrícolas, desinteresse dos jovens nas atividades do campo, ocasionam um déficit de mão de obra familiar, que implica na limitação da área produtiva e na escolha dos sistemas de cultivo (GASPARI; KHATOUNIAN, 2016).

Com a visita *in loco* foi possível observar que todas as propriedades rurais possuem rede elétrica, bem como detalhar as principais atividades realizadas nos estabelecimentos rurais familiares do município, representadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Principais atividades desenvolvidas pelos produtores da agricultura familiar que acessaram os programas PNAE e PAA nos anos de 2015 e 2016 em Castanheira-MT

Atividades realizadas nas propriedades rurais	Número de propriedades em que a atividade é praticada	Percentual
Agricultura	22	88
Avicultura	19	76
Horticultura	17	68
Gado de corte	17	68
Gado leiteiro	15	60
Suinocultura	14	56
Ovinocultura	02	08
Apicultura	02	08
Piscicultura	01	04

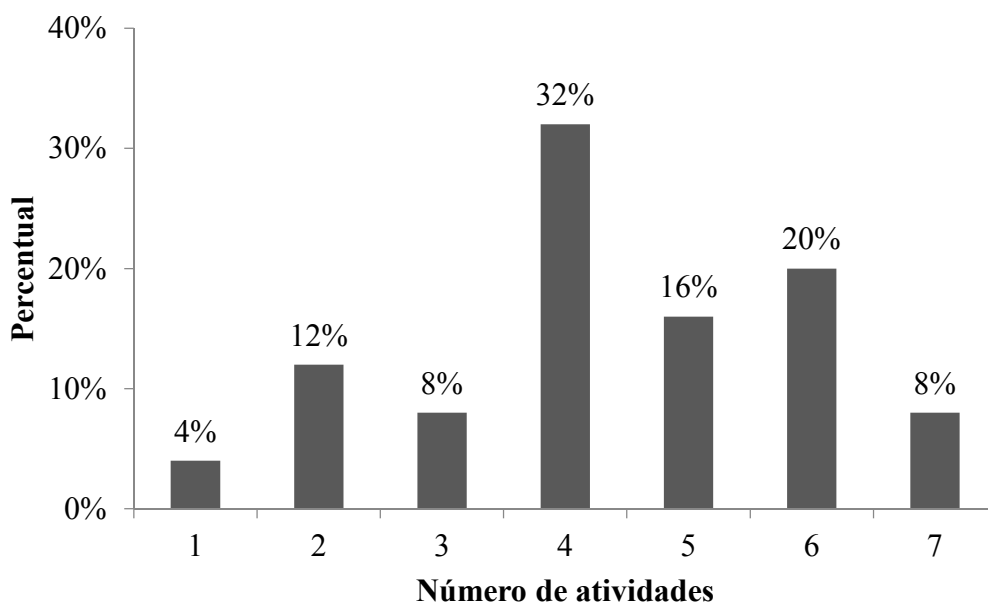
Fonte: Elaboração própria, 2017

Mobilizando parte da produção para satisfazer as necessidades básicas das famílias, poupam recursos financeiros que, por consequência, são aplicados em benfeitorias e na continuidade das próprias atividades agrícolas. Quanto mais diversas

forem as atividades desempenhadas nas propriedades, maior a capacidades de gerar de lucros e aperfeiçoar o uso dos recursos disponíveis. Dessa forma sofrem menos com os efeitos climáticos e sazonais nos seus sistemas produtivos (MELO, 2017).

O número de atividades desempenhadas pelas famílias reflete diretamente na geração de renda e na diversidade de produtos destinados ao autoconsumo, por utilizar-se dos períodos sazonais das culturas. Na Figura 3, é possível observar o número de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais familiares.

Figura 3 – Número de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais dos produtores familiares que acessaram os programas PNAE e PAA, nos anos de 2015 e 2016 em Castanheira-MT



Fonte: Elaboração própria, 2017.

A diversificação de atividades exercidas pela agricultura familiar promove o desenvolvimento da economia local. A pluriatividade e a prática de atividades não agrícolas ocorrem, em muitos casos, pela existência de mão de obra excedente na família que não interage com os afazeres agrícolas, assim expandem as possibilidades tanto de fontes de renda como de autoconsumo (SCHNEIDER, 2016).

Com o intuito de aprimorar os sistemas de produção, 64% dos entrevistados acessaram recursos financeiros provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tais recursos proporcionaram benfeitorias como construção, ampliação e/ou reforma de barracão, curral, sistemas de irrigação e local de

beneficiamento da cana de açúcar, mandioca, cupuaçu, entre outros. Os 36% que ainda não foram contemplados, alegam problemas burocráticos (falta de documentação da terra) e receio em não conseguir cumprir com os prazos de pagamentos previstos em tempo hábil.

Os recursos disponíveis para acesso dos agricultores familiares foram definidos no Plano Safra lançado pelo Governo Federal e recebe aumentos gradativos a cada plano (SPANVELLO et al. 2016). O Plano Safra 2016/2017 disponibilizou um montante de R\$ 30 bilhões para o crédito rural à agricultura familiar, com juros de 2,5% ao ano a fim de estimular a produção de alimentos que compõem os índices de inflação, produção orgânica e agroecológica e práticas sustentáveis de manejo do solo e da água, produção de energia renovável e armazenagem (MDA, 2016).

O destino final da produção agrícola dos participantes da pesquisa foram principalmente os programas de políticas públicas (PNAE/PAA) sendo que 24% destinam seus produtos exclusivamente para atender a demanda dos programas, 36% vendem seus produtos também diretamente ao consumidor, 28% no mercado local, 8% em bares e restaurantes e ainda 4% na feira do produtor. A comercialização se dá a granel e as embalagens são em caixa de madeira e papelão, embalagens simples de plástico e papel, e sacos plásticos.

Para escoar a produção, a maioria não apresenta problemas, porém 36% enfrentam dificuldades com estradas em mau estado de conservação, custos elevados no frete e grandes distâncias percorridas até os locais de entrega. Quanto ao transporte, 68% o fazem em seus próprios veículos, 32% necessitam pagar frete e/ou utilizam o transporte escolar para enviar seus produtos até as unidades de ensino e demais destinos.

Não há processamento para a comercialização e conservação dos produtos, onde 84% dos entrevistados comercializam seus produtos *in natura*. Entre os mecanismos de processamento, 16% utilizaram torrefação - produção da farinha de mandioca, engenho de cana de açúcar - produção de melado e rapadura, e ainda despulpadora de frutas - polpa de cupuaçu.

Com o propósito de obter maiores rendas, o agricultor familiar tem disposto de técnicas de processamento que agregam valor a seus produtos, como a manipulação das frutas em polpas, geleias e doces, dos legumes e verduras em conservas, entre outros. Técnicas ainda incipiente, realizadas de forma artesanal com uso de poucos recursos,

além de visar o autoconsumo essas estratégias viabilizam a comercialização da produção (NASCIMENTO et al. 2016).

O autoconsumo é, para 56% das famílias, a principal finalidade da produção e realizam a venda do excedente, para tanto afirmam, aumentaram a área destinada ao cultivo e/ou investiram em melhorias e técnicas com o propósito de aperfeiçoar a produção, já 44% destinam seus produtos a comercialização. As escolhas das culturas são de iniciativa própria para 88% dos participantes em decorrência a aptidão ao cultivo e 12% afirma que a escolha foi influenciada por orientação técnica devido à demanda do produto e o valor de mercado.

Na Tabela 2, consta os produtos agrícolas mais frequentemente cultivados e vendidos para os programas de políticas públicas, PNAE e PAA, pela agricultura familiar do município de Castanheira-MT.

Tabela 2 - Principais culturas, em ordem de participação na produção, dos produtores que acessaram o PNAE e/ou PAA, nos anos de 2015 e 2016, em Castanheira-MT

Culturas	Número de agricultores
Mandioca	14
Hortaliças	13
Laranja	11
Abobora	09
Melancia	08
Banana	07
Milho	06
Batata doce	05
Cupuaçu, mamão, poncã e quiabo	04
Jiló e limão	03
Acerola e tomate	02
Abacate, abacaxi, araçá-boi, caju, cana-de-açúcar, feijão, inhame, manga, maracujá e vagem	01

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Uma estratégia comum observada na agricultura familiar é a diversidade da produção. Essa prática é de fundamental importância para o equilíbrio ecológico dos sistemas agrícolas, considerando-se a sazonalidade das espécies cultivadas, o produtor garante além daquilo que é consumido pela própria família, geração de renda ao longo de todo o ano (PADUA-GOMES et al. 2014).

Considerando a procedência das sementes, todos os produtores de hortaliças, tomate, feijão e maracujá as adquirem no comércio local. Nos cultivos de abobora, melancia e milho, além da compra de sementes, muitos produtores fazem uso de sementes obtidas dos próprios frutos selecionados por seus atributos fenotípicos, já as demais culturas foram obtidas por meio de trocas (mudas, sementes e ramas) entre os produtores da região.

A escolha da semente deve ser feita de forma criteriosa para que o produtor obtenha sucesso em sua lavoura. A semente é considerada como um dos mais importantes insumos agrícolas e aspectos como propriedades da cultura, potencial produtivo, resistência a doenças e pragas, características edafoclimáticas, adaptação ao sistema de cultivo, devem ser observados para maximizar a produção e torna-la mais competitiva (CRUZ et al. 2015).

Mudanças no processo produtivo são evidenciadas na busca da conservação do solo e preservação do meio ambiente, 96% não realizam queimadas em suas propriedades, prática até pouco tempo frequente nas lavouras, apenas um entrevistado ainda dispõe dessa prática com o objetivo de manter o solo limpo e garante que a faz de forma controlada isolando a área.

Ações desenvolvidas por órgãos como Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA), entre outros, em parceria com as escolas e instituições religiosas, com a finalidade de conscientizar a conservação do meio ambiente têm apresentado resultados satisfatórios. Em 52% das propriedades problemas ambientais aparentes não são evidenciados, 16% apresentam indícios de erosão, 12% com áreas de mata ciliar comprometidas, 12% enterram embalagens de produtos agrícolas em valas e 8% possuem reserva ambiental inferior ao regulamentado em lei.

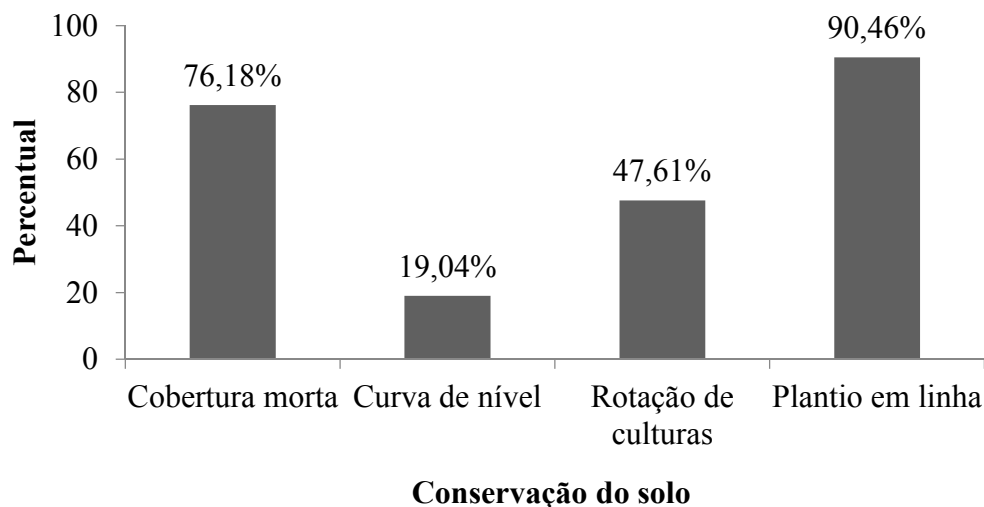
Para alcançar o potencial produtivo local é necessário se atentar ao manejo adequado do solo. Por tanto, é fundamental considerar técnicas de uso sustentável, como o sistema de plantio direto (SPD), que minimiza a mobilização do solo. Nesse sistema é necessário manter a cobertura do solo, o que diminui a amplitude térmica, ajuda a manter a umidade e o teor de matéria orgânica; estabelecer esquema de rotação

de culturas para favorecer a estabilização de agregados e facilitar o controle de praga; e cultivo de cobertura ou adubação verde, que auxilia na estrutura do solo e na produção de fitomassa (COSTA et al. 2015; JUNIOR et al. 2015).

Técnicas de manejo associadas ao cultivo convencional, ainda vem sendo utilizadas até os dias atuais pela agricultura familiar, o preparo do solo realizado com arados e grades visam revolver a terra e agregar insumos agrícolas para controlar o aparecimento de plantas espontâneas, pragas, doenças, e ainda manter os atributos físicos, químicos e biológicos, sendo que as ações mecânicas, na maioria das vezes são executadas em nível. O uso deliberado dessas técnicas acarreta desvantagens como a compactação do solo, erosões, desmatamento, desertificação, perda da biodiversidade, poluição das águas, entre outros (BARROS et al. 2016).

Para os agricultores familiares do Município de Castanheira – MT, as técnicas empregadas no controle de pragas são: a capina, utilizada por 36% dos produtores, 52% a realizam juntamente com o uso de agroquímicos e 12% utilizam somente agroquímicos. Quanto às técnicas de conservação do solo 16% não realizam nenhum procedimento por falta de conhecimento, condições financeiras, mão de obra e demanda de tempo devido à quantidade excessiva de trabalho, 84% utilizam alguns mecanismos de manejo e conservação, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 - Técnicas de manejo e conservação de solo, adotadas pela agricultura familiar, PNAE e PAA, em Castanheira-MT



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Embora a análise dos dados revele, de acordo com o relato dos entrevistados, diferentes técnicas de manejo sendo empregadas nas propriedades rurais, é importante salientar que, como os agricultores não recebem assistência técnica frequente e de forma apropriada, não dispõem de conhecimento técnico específico. Por tanto, fica prejudicado a adoção de manejo técnico de forma adequada as necessidades locais.

A adoção de técnicas de manejo por meio do conhecimento empírico do produtor familiar, tais como cultivo em faixas e plantio direto, são eficientes na conservação do solo e na retenção de água. A manutenção da faixa de cobertura proporciona redução na germinação de plantas espontâneas, o que implica na diminuição do uso de agroquímicos. A decomposição da cobertura seca libera no solo compostos orgânicos e minerais importantes que reduz também a necessidade de manejo mecânico (NICHOLLS et al. 2015).

Análises do solo não são realizadas para a correção do mesmo, porém 60% dos entrevistados emprega adubação orgânica de variadas fontes tais como, esterco animal fresco e/ou curtido (bovino, aves e suínos), palhadas e restos de cultura, 12% utilizam fertilizantes e 28% os dois tipos de adubação. A adubação é considerada uma prática de suma importância para subsidiar a produção. Para tanto, seguem a orientação de técnicos, funcionários de casas agropecuárias, trocas de experiências com vizinhos e parentes e principalmente o conhecimento empírico.

Na Tabela 3, podem ser observadas as principais dificuldades encontradas pelos produtores na produção agrícola e o nível de interferência que representa em seus sistemas produtivos.

A falta de incentivos do governo é apontada pelos produtores, como a dificuldade que exerce maior interferência nos sistemas de produção da agricultura familiar no município. Verifica-se que os programas de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar estão desempenhando em parte suas propostas, não atingindo seus objetivos em sua totalidade, uma vez que os agricultores encontram limitações em informações tanto de financiamento como de gerencia dos estabelecimentos rurais.

Tabela 3 - Dificuldades apontadas pelos agricultores familiares, PNAE e PAA, nos sistemas de cultivo em Castanheira-MT

Dificuldades	Propriedades que ocorrem	Nível de interferência		
		%	Baixo (%)	Médio (%)
Falta de incentivos do governo	84	Zero	14,28	85,71
Pragas e doenças	76	21,05	26,31	52,63
Falta de implementos agrícolas	76	5,26	47,36	47,36
Preços de venda inferiores aos custos de produção	72	16,66	22,22	61,11
Falta de planejamento	72	5,55	33,33	61,11
Falta de capacitação profissional	68	23,52	29,41	47,05
Baixa produção	64	12,5	25	62,5
Fator clima	60	13,33	46,66	40
Falta de crédito ao pequeno produtor rural	60	6,66	20	73,33
Insegurança quanto aos preços das safras	60	6,66	53,33	40
Tendências de mercado	44	9,09	45,45	45,45
Concorrência elevada	36	22,22	44,44	33,33
Incerteza quanto a quem vender a produção	20	40	20	40

Fonte: Elaboração própria, 2017.

As dificuldades observadas poderiam ser sanadas com a presença efetiva de assistência técnica, que deixam a desejar devido o número de vistas a propriedades ser praticamente inexistentes segundo relato dos entrevistados e a morosidade dos órgãos competentes em atender as solicitações. É por meio de visitas e orientações que o produtor familiar esclarece dúvidas, amplia acessos a financiamentos agrícolas, planeja e aperfeiçoa ações desempenhadas em suas propriedades, garantido estabilidade e autonomia dos sistemas de produção.

Além das dificuldades mencionadas, os produtores expõem também problemas em contratar mão de obra, o que concerne principalmente à distância das propriedades rurais do perímetro urbano e as estradas em mau estado de conservação. Estes fatos impossibilitam encontrar pessoas interessadas no trabalho e dificulta também escoar a

produção. Alegam ainda problemas de saúde e idade avançada que impedem a realização de atividades dispendiosas.

A atuação do Estado é de suma importância para incrementar a agricultura familiar, dispondo de Políticas Públicas direcionadas a suprir a problemática vivenciada com novos sistemas de produção agrícola, capacitação dos produtores, amparo técnico e logístico, assim a produção e o escoamento seriam eficientes, proporcionando melhores condições de vida e a fixação das famílias no meio rural (SANGALLI et al. 2015).

Caracterização dos Programas de Políticas Públicas

Os Programas de Políticas Públicas oferecidas pelo governo no qual os produtores rurais do Município de Castanheira – MT fazem parte são: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (modalidade compra com doação simultânea).

Conforme dados históricos publicados pelo MDA (2013), o PAA foi criado por meio de lei federal em 2003 para incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, mediante a compra da produção de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. As primeiras aquisições de alimentos do PAA foram realizadas na Fazenda Itamaraty, de assentados da reforma agrária, no estado do Mato Grosso do Sul, em seguida a Compra Direta com Doação Simultânea passou a ser operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em 2008, foi criada uma modalidade voltada à aquisição de alimentos para alimentação escolar. No entanto, essa modalidade não chegou a ser operacionalizada, em face da mudança da legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no ano seguinte (Lei 11.947/2009), que determinou a aquisição mínima de 30% dos gêneros da agricultura familiar. Em 2015, um decreto presidencial tornou obrigatório que órgãos da administração pública federal comprem no mínimo 30% dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, ampliando ainda mais as potencialidades desse público.

Segundo Stolarski (2014), o PNAE foi criado no início da década de 50 com a criação de programas governamentais que visavam a alimentação escolar e o combate à desnutrição. No ano de 1965, pelo Decreto nº 56.886/65, surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar.

A participação nos programas tem subsidiado a permanência do produtor familiar no campo devido a geração de renda e o incentivo a diversificação da produção, nesse sentido o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013) dispõe sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, dentre as quais destacamos:

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) Uma das ações do Fome Zero, do Governo Federal, garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar.

[...]

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) Instituído pela Lei nº. 11.947/2009 prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

Todos os entrevistados conhecem as propostas e tramites dos programas, tendo adquirido conhecimento destes pela Prefeitura Municipal, escola rural e urbana, por vizinhos, amigos e parentes. Reuniões previamente marcadas para discussão dos programas tais como pregão da merenda escolar e projeto Conab etapa municipal,

contam com 96% de participação dos agricultores, o que demonstra o interesse do produtor em continuar inserido nos programas, esclarecer dúvidas, emitir sugestões e opinar em tomadas de decisões.

Em termos de valores recebidos, no último programa que participaram, 60% receberam valores acima de R\$4.000,00 (quatro mil reais), 24% em torno de R\$3.000,00 (três mil reais), 8% até R\$2.000,00 (dois mil reais) e 8% R\$1.000,00 (Um mil reais). Esses valores têm contribuído na renda mensal das famílias e auxiliado na realização de projetos, tanto de melhorias nas atividades do campo quanto no conforto de suas casas.

Os resultados relativos à renda familiar corroboram os dados da pesquisa realizada em Paranaíta – MT, em que a participação dos agricultores nos Programas de Políticas Públicas tem incrementado sua renda e atenderam de forma satisfatória uma gama de consumidores beneficiários, diversificando a alimentação e inserindo novos produtos no cardápio (DE OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014).

Quando avaliam os preços pagos pelos programas, todos consideram o preço justo quando se trata do PNAE, porém 44% demonstram-se insatisfeitos e 20% pouco satisfeitos com os valores pagos pelos produtos no programa PAA, onde afirmam ser inferior ao preço de mercado e não equivalem os custos de produção. A comercialização dos produtos agrícolas não ocorre unicamente com os programas, vendem também para terceiros, sendo que 66,66% dos entrevistados cobram a estes valores superiores aos vendidos para os programas PNAE e PAA.

A participação nos Programas de Políticas Públicas (PAA e PNAE) é considerada vantajosa, uma vez que a produção, em menor escala, não dispõe de atravessadores na comercialização, visto como uma alternativa para complementar a renda familiar. Portanto, a principal reivindicação dos produtores é rever o valor estabelecido anualmente pelos programas e o ressarcimento de despesas com o transporte dos produtos. Incerteza quanto à continuidade e a participação nos programas geram insatisfação e interferem em investimentos nos sistemas de produção, tais argumentos destacados foram observados também por Hespanhol (2013).

Com relação à assistência técnica 72% não recebem nenhum tipo de amparo, dos 28% que a recebem, 42,85% afirmam receber auxílio da Empresa Matogrossense de

Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A (EMPAER), 42,85% da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e 14,28% do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA). Fica evidente, segundo visita *in loco*, que somente as propriedades próximas ao perímetro urbano são assistidas de alguma forma pelos órgãos de assistência técnica atuante no município, sendo que metade destes necessita agendar as visitas que ocorrem a cada seis meses.

Trabalhos realizados por Cazella et al. (2016), Sangalli et al. (2015) e Zani; Da Costa, (2014), enfatizam que a falta de assistência técnica e ainda a baixa qualidade na assistência aos produtores familiares é o principal entrave no êxito da produção, uma vez que a falta de informação dificulta o acesso a crédito rural, fortalecimento das Políticas Públicas, culturas usualmente mais adequadas a região, controle de doenças e pragas, padrões climatológicos e aos recursos tecnológicos e de infraestrutura que os tornem mais competitivos, o que corrobora os dados observados nesta pesquisa.

O aumento da área destinada a produção agrícola de 60% dos participantes está associado a adesão aos Programas de Políticas Públicas (PNAE e PAA). Várias mudanças no processo de cultivo foram observadas, tais como sistemas de irrigação, sistema hidropônico, melhor planejamento no preparo do solo, plantio, colheita e beneficiamento e no transporte, tais mudanças aperfeiçoaram o gerenciamento de custos, minimizaram perdas e melhoraram a qualidade dos produtos, porém os agricultores afirmam que as melhorias partiram de iniciativas próprias, conhecimentos empíricos transferidos entre vizinhos, familiares e conhecidos.

Vale ressaltar o interesse do produtor familiar de Castanheira – MT em aprimorar sua produção, porém sua ascensão é limitada e está condicionada a dificuldades como regularização fundiária, crédito rural, mão de obra, manutenção de estradas e assistência técnica.

Coefficiente de Correlação de Postos de Spearman

Seguido da análise estatística descritiva e distribuição de frequência das variáveis da pesquisa, foi verificado o coeficiente de correlação de Spearman, teste de médias não paramétrico, devido a não regularidade nos dados de origem, com a

finalidade de delinear a relação existente entre duas variáveis e interpretar as informações obtidas na entrevista. Os coeficientes de correlação mais expressivos neste trabalho são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Coeficiente de correlação de Spearman obtido entre as variáveis pesquisadas. (BP) Baixa produção; (TM) Tendência de mercado; (CE) Concorrência elevada; (FC) Falta de crédito; (DADP) Diversidade de atividades desenvolvidas na propriedade e (PICP) Preço inferior ao custo de produção. Castanheira-MT, 2017

Variáveis	BP	TM	CE	FC	DADP	PICP
Conservação do solo	-0,514*					
Planejamento		0,637**	0,575*			
Incentivos do Governo				0,605**		
Assistência técnica					0,633**	0,583*

*Correlação significativa a 5%; **Correlação significativa a 1%.

Fonte: Elaboração própria, 2017.

As variáveis, conservação do solo e baixa produção, correlacionam de forma significativa negativa, quanto menor a preocupação em adotar medidas que visam conservar os atributos biológicos, físicos e químicos do solo, maior as perdas na produção. A adoção de técnicas de conservação e manejo do solo tem permitido aos produtores obter maiores escalas produtivas e por consequência garante renda e sustento para as famílias durante todo o ano.

O planejamento para desenvolver as atividades nas propriedades apresentou correlação significativa positiva com as variáveis, tendência de mercado e concorrência. As famílias que buscam esclarecimento e trocas de experiências em diversos canais de informação, conseguem planejar plantio e colheita em períodos viáveis para suprir a necessidade local e driblar a concorrência com estratégias de mercado.

Quanto aos incentivos do governo, houve correlação significativa positiva com a falta de crédito agrícola, nesse caso, quanto menor for a oferta de Programas de Políticas Públicas que incentivam a agricultura familiar, menor será o investimento em créditos financeiros agrícolas com acesso atrativo aos pequenos produtores, além da demanda burocrática que dificulta a liberação de recursos.

Assistência técnica correlacionou significativa e positivamente com as variáveis, diversidade de atividades desenvolvidas na propriedade e preços inferiores aos custos de produção. Produtores que recebem assistência frequente cultivam maiores variedades de espécies e diversas atividades, além da agricultura, são desempenhadas, ampliando as possibilidades de autoconsumo e renda. Porém, produtores menos assistidos não conseguem competir com o preço de mercado e a venda de seus produtos não corresponde aos valores destinados à produção, esse fato desencoraja a permanência no campo.

Olival (2016), Reyes Junior; Seabra (2012) e Costa, et al. (2005), encontraram correlação significativa em seus trabalhos com formulários semiestruturados e entrevistas que retratavam o perfil socioeconômico, relações com programas de políticas públicas e sistemas de produção da agricultura familiar. Tais estudos revelaram a necessidade de assistência técnica especializada e gestão financeira para o melhor uso da terra e conseqüentemente maior qualidade de vida e de produção, fatos identificados também nesta pesquisa.

Considerações finais

A caracterização da agricultura familiar, PNAE e PAA, no município de Castanheira-MT, evidenciaram que Políticas Públicas voltadas à diminuição da desigualdade de sexo e a inclusão das mulheres na agricultura familiar vem avançando, pois, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino.

Os agricultores familiares são oriundos principalmente dos Estados de Minas Gerais e Paraná, com idade média de 41 a 50 anos, vieram à região, motivados por programas que fomentavam a ocupação territorial das últimas fronteiras agrícolas do país.

As propriedades rurais visitadas não ultrapassam um módulo fiscal (100 hectares), a mão de obra é predominantemente familiar, com grande diversidade de produção agrícola e atividades não agrícolas, que possibilitam a geração e ampliação de renda e atendem à demanda das famílias durante todo o ano.

Algumas técnicas de manejo e adubação, bem como a utilização de sistemas de irrigação e implementos, são cada vez mais adotadas pelos produtores. Fato que pode

estar relacionado ao maior grau de instrução, o que propicia otimização no sistema de cultivo, conservação do solo e preservação do meio ambiente.

A participação nos Programas de Políticas Públicas (PNAE e PAA) tem um papel importante na complementação da renda familiar que não dispõe de atravessadores, propiciou um aumento na área destinada às culturas agrícolas, aperfeiçoando técnicas de produção e maior diversidade de atividades desempenhadas nas unidades rurais.

Os principais problemas evidenciados estão relacionados à incidência de doenças e pragas, falta de implementos agrícolas e planejamento. Outros enfrentamentos que também interferem e desmotivam a permanência no campo são as estradas em mau estado de conservação, falta de mão de obra, assistência técnica, incerteza quanto à continuidade e na participação nos Programas de Políticas Públicas (PNAE e PAA) e o valor pago aos produtos.

Reivindicam a ampliação da cota anual para absorver a produção em sua totalidade e ainda auxílio no transporte dos produtos. Isso demonstra que os programas, PNAE e PAA, não estão atingindo os objetivos de fortalecimento, assistência, organização e cooperativismo de forma eficaz. Uma vez que priorizam a comercialização dos produtos aos programas.

Apesar das adversidades encontradas, os produtores familiares demonstram interesse em continuar participando dos Programas de Políticas Públicas (PNAE e PAA), e tem o sentimento de reconhecimento e valorização de seu trabalho por ser este destinado a instituições assistenciais como escolas, creches, pronto atendimento, igrejas, entre outros, consolidando a agricultura familiar no município.

Referências

BARROS, I. *et al.* **Intensificação ecológica da agricultura.** Embrapa Tabuleiros Costeiros-Documents (INFOTECA-E), 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. **Mimeo**. 2015.

CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79, 2017.

COCHEV, J. S. *et al.* Sistemas de produção olerícola comercial do município Mato-Grossense de Alta Floresta, Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 32, p. 240-266, dez. 2014. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/35789>>. Acesso em: 03 dez. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v32i0.35789>.

COSTA, T. C. E. C. *et al.* Favorabilidade de terras para a agricultura familiar por meio da Análise Multicritério. **Geografia**, v. 14, p. 5-47, 2005.

COSTA, T. G. A. *et al.* Manejo agroecológico do solo em áreas sob o cultivo de hortícolas no Município de Corrente, Piauí. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 2, n. 3, p. 167-174, 2015.

CRUZ, J. C. *et al.* Quatrocentas e sessenta e sete cultivares de milho estão disponíveis no mercado de sementes do Brasil para a safra 2013/14. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária–(Embrapa Milho e Sorgo), Sete Lagoa. Disponível em: <<http://www.cnpmis.embrapa.br/milho/cultivares/>>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

DE OLIVEIRA, A. L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, Brasil. doi: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v12i1.1443>. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n. 1, p. 925-935, 2014.

GASPARI, L. C. De; KHATOUNIAN, C. A. Características das Famílias, Estruturação da Produção e Estratégias de Comercialização em um Assentamento de Reforma Agrária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 243-260, 2016.

GRECZYSHN, F. R.; FAVARÃO S. C. M. Perfil socioeconômico de agricultores feirantes da microrregião de Campo Mourão-PR. **Revista Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 10-17, 2013.

HESPANHOL, R. A. de M. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Portaria INCRA nº 981, de 02 de outubro de 2003**. A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios - 2014**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510285&idtema=162&search=mato-grosso|castanheira|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014>>. Acesso em: 02 de Set. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico de Pedologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 316 p. (Manuais Técnicos em Geociências, n. 4)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em: 25 de Abril de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Amazônia Legal. Geografia. Áreas Especiais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>>. Acesso em: 10 de Jul. de 2017.

JUNIOR, A. B. *et al.* A importância do Plantio Direto e do Plantio Convencional e as suas relações com o manejo e conservação do solo. **Revista Conexão eletrônica**. Três Lagoas, MS, v. 12, n. 1, 2015.

JUNIOR, E. R.; SEABRA, L. F. G. Relações entre o nível socioeconômico e qualidade de vida na agricultura familiar da Amazônia. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 2, n. 1, p. 88-109, 2012.

LIMA, G. L. *et al.* Implicações socioambientais dos sistemas agroflorestais em unidades produtivas na região do Vale do Guaporé Mato-Grossense. Social and environmental implications of agroforestry systems in production units in Guaporé mato-grossense Valley, Brazil. **Revista Acadêmica: Ciência Animal**, v. 11, p. 137-149, 2013.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza**, v. 45, n. 2, p. 1-9, 2014.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2015 – CEE - MT

MELO, S. W. C. Desenvolvimento Rural no Cerrado, Desenvolvimento e Envolvimento das Famílias Agroextrativistas. **Guaju**, v. 3, n. 1, p. 111-131, 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Plano Safra da agricultura familiar 2017/2020. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Pronaf – Condições do crédito rural – Plano Safra 2016/2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps01.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Políticas Públicas Para Agricultura Familiar. Outubro 2013. <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> Acesso em: 02 de mai. de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Programa Terra Legal Amazônia. **Manual de operações**. Brasília, 2009b. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/serfal/>>. Acesso em 24 de mai. 2017.

MOLINA, M. C. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, v. 6, n. 2, 2015.

NASCIMENTO, J. S. *et al.* Produção agropecuária, agregação de valor e comercialização pela Agricultura Familiar no Estado do Mato Grosso do Sul. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 320-334, 2016.

NESPOLI, A. *et al.* Produção de hortaliças pela agricultura familiar de Alta Floresta, Amazônia Matogrossense. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 10, n. 21, p. 159-191, 2015.

NICHOLLS, C. I. *et al.* Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. **Agriculturas, caderno para debate**, n. 2, 2015.

OLER, J. R. L. e AMOROZO, M. C. de M. Etnobotânica e conservação on farm de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na agricultura de pequena escala no Estado de Mato Grosso, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 4, p. 137-153, 2017.

OLIVAL, A.de A. A resiliência em assentamentos rurais: uma experiência na região norte de Mato Grosso. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, n. 2, p. 90-113, 2016.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). **Juventud rural y empleo decente en América Latina**. Editado por Martine Dirven. FAO: Santiago, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5570s.pdf>>. Acesso em: 18 de Mar. 2017.

PADUA-GOMES, J. B. *et al.* Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2014.

PISANI, R. J. *et al.* Diagnostico socioeconômico e ambiental como ferramenta de planejamento para a agricultura. Estudo de caso: Sub-Bacia do rio das pedras, Itatinga-SP. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, p. 70-79, 2011.

POLIZEL, J. Análise socioeconômica da comercialização da produção dos pequenos produtores agrícolas no município de Rancho Alegre - **Universidade Estadual do Norte do Paraná Campus de Cornélio Procópio**, 2012.

QUEIROZ, R.F.N.; NEVES, S.M.A.S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao programa de aquisição de alimentos (PAA). **Boletim de geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, set.-dez., 2015

RECH, R. **Aspectos socioeconômicos e de produção relacionados às feiras-livres do sudoeste do Paraná**. 2011. 123p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco. 2011.

RIBEIRO, M. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educação e pesquisa**, v. 41, n. 1, p. 79-100, 2015.

RODRIGUES, L.C.; NEVES, R.J.; CARNIELLO, M. A.; SILVA, J.S.V. Caracterização sociocultural da região do Taquaral: Comunidade Nossa Senhora Da Guia, CÁCERES/MT, BRASIL. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 32, No. 3, 2015

ROCHA, J. H.; DOS ANJOS, F. S. Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista, Roraima. **Revista Nera**, n. 31, p. 111-142, 2016.

SANGALLI, A. R. *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, 2015.

- SILVA, R. G. da C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio—o exemplo de Rondônia. Confins. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 23, 2015.
- SIQUEIRA, E. F. L.; ROSSETTO, O. C.; SOUZA, S. F. Políticas públicas para a educação do campo em Mato Grosso-Brasil. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, n. 1, 2016.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.
- SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016.
- SPANEVERELLO, R. M. *et al.* Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 44, 2016.
- SPANEVERELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.
- STOLARSKI, M. C. Construção da política nacional e estadual de alimentação escolar. **Caderno IPARDES-Estudos e Pesquisas**, 5(1), 1-16, 2015.
- ZANI, F. B.; DA COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014.

Recebido em 05/04/2018. Aceito para publicação em 08/10/2018.
--